GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade
Fundo Estadual de Conservação Ambiental e Desenvolvimento Urbano
CONSELHO SUPERIOR
ATA DA 170ª REUNIÃO

Às quinze horas do dia cinco de agosto de dois mil e vinte e dois, na sala de Reuniões da Secretaria de Estado de Ambiente e Sustentabilidade - Seas, sito à Av. Venezuela nº 110 – 5º andar, na Capital do Estado, ocorreu a 170ª Reunião do Conselho Superior do Fecam. Estavam presentes o Sr. Fhilipe Campello, Vice-Presidente do Conselho Superior do Fecam, substituindo o Sr. Secretário de Estado do Ambiente e Sustentabilidade em caráter extraordinário, o Conselheiro Sr. Jorge Vicente Peron representante da Federação das Indústrias do Rio de Janeiro – Firjan**,** o Conselheiro Suplente da Sefaz. Sr. Allan Cristiano dos Santos e o Conselheiro Suplente da Apedema, Sr. Markus Wolfjdunkell Budzkz, devido a dificuldade de comunicação da Sra. Claudia Valente, Conselheira Titular da Apedema. Participaram ainda, desta Reunião, a Sra. Sra. Milena Almeida Suhett, Coordenadora do Fecam, e as Sras. Gabriela Carrero Ribeiro e Eliana Cardoso de Almeida, ambas da Coofecam/Supfip/Seas, ainda, o Sr. Ruan Henrique de Barros Cabral da Superintendência de Engenharia Sanitária da Subsan, a Sra. Jaqueline, Subsecretária da Subsan, e o Sr. André Dantas, Secretário da Prefeitura de Paty do Alferes. **1 – Abertura**: O Sr. Philipe Campelo abriu a reunião cumprimentando a todos, passando, em seguida, ao **item 1 da pauta** – **Deliberação da ata 169ª Reunião do Conselho Superior do Fecam**, abrindo para discussão aos Conselheiros e não havendo manifestação por parte dos Conselheiros, considera, então, a ata aprovada. Passa, então ao item **2 da pauta – Deliberação de novos projetos**. **– Deliberação de novos projetos**. **2.1 – Proponente: Seas/Supengs – Projeto "Projeto de Construção de Estação de Transbordo no Município de Paty do Alferes" – Valor: R$ 1.599.662,29 – Prazo: 06 meses – Processo: SEI-070026/001466/2020,** sendo apresentado pelo Sr. Ruan da Supengs/Subsan, que cumprimenta a todos os presentes, se apresenta informando que faz parte da Superintendência de Engenharia Sanitária da Subsan, da Subsecretária Jaqueline e inicia sua apresentação informando que o projeto chegou na Subsecretaria em gestão anterior e nesse tempo foi estudada soluções para a situação dos resíduos sólidos de Paty do Alferes. Quando a Subsecretária Jaqueline assumiu deu andamento a este projeto, tendo em vista a necessidade de resolver a questão de resíduos sólidos do Município. O Sr. Ruan mostra o local dentro do município de Paty, que é um terreno próprio da Prefeitura, de 980 m2, se localizando dentro da RH III Médio Paraíba. Dentro do terreno tem uma casa já construída que é de uso para manutenção desse local para futura construção da estação de transbordo. As justificativas para a construção são: os resíduos são coletados, passando por um processo de coleta coletiva, de porta em porta, mas tem que ficar esclarecido que falta celeridade na entrega desses resíduos sólidos devido às longas distâncias que os caminhões têm que percorrer até ao aterro mais próximo em Vassouras. Seguindo, informa que o município não dispõe de recursos disponíveis para a construção e implementação do aterro sanitário, porque 85% dos recursos destinados são despesas correntes do município. E por não fazer parte do Consórcio Vale do Café já fica atrás dos municípios devido à distância de 45 km do aterro mais próximo, acarretando o custo anual de mais de um milhão de reais. Os benefícios após a execução do transbordo são: a otimização dos serviços de gerenciamento dos resíduos; a diminuição do tempo de espera (os resíduos ficam muito tempo dispostos na rua a espera dos caminhões devido às longas distâncias que são percorridas para a entrega do lixo). Então, com a construção do transbordo esse tempo diminui quase 90% de espera, reduzindo o tempo ocioso da coleta, a eliminação do problema sanitário com a exposição temporário do lixo no solo; maior agilidade para retorno dos caminhões compactadores aos roteiros de coleta domiciliar, diminuindo o tempo ocioso e de mão de obra. Por que então foi decidido implementar este projeto. Porque Paty do Alferes um dos poucos municípios que chamam a atenção na questão da coleta seletiva no ERJ. A coleta seletiva por mais que não faça parte do Consórcio CONVALE, consegue fazer uma coleta porta a porta de exemplo. O motivo de estar se falando de transbordo a ser construído é dar maior efetividade a coleta seletiva para o Estado. Então, a integração da coleta seletiva em Paty com o Recicla RJ só tende a crescer exponencialmente dentro do próprio município e do Estado. Continuando, o Sr., Ruan mostra que 17 bairros já

fazem parte dessa coleta seletiva porta a porta, que corresponde a 55% da mancha urbana do município. Cm a inclusão da estação de transbordo eleva-se esse número cada vez mais. Em 2019 foi sancionada a Lei 2631 que dispõe sobre a regulamentação do serviço público na coleta seletiva solidária. E, seguindo, mostra alguns dados de como Paty evoluiu no ICMS, ou seja, 3,47% da coleta seletiva em Paty, sendo o décimo no Estado; 1,90% de coleta de óleo; possui coleta seletiva solidária; e 100% destinação de resíduos para aterro sanitário (2021). O cronograma de desembolso de execução do transbordo tem o prazo de seis meses para entrega da obra, com as etapas de administração e canteiro de obras; construção da área de transbordo; iluminação para off site; construção da cobertura/caixa de chorume. E o custo de R$ 1.599.662,29, levando em consideração o termo de referência, a licitação dos serviços, com início e entrega das obras, lembrando que o município gasta como foi dito mais de 1 milhão para fazer essa coleta seletiva, termina o Sr. Ruan. O Presidente Philipe agradece, abrindo para manifestação dos Conselheiros, começando pela Conselheira Claudia Valente da Apedema. Neste momento, o Sr. Ruan lembra que o Sr. André Dantas, Secretário de Paty do Alferes está participando da reunião, O Presidente agradece a participação e prossegue, perguntando ao Conselheiro Peron se existe alguma dúvida. O Conselheiro se manifesta, cumprimentando o Sr. Ruan e toda equipe que participou da elaboração do projeto, dizendo que o mérito do projeto é muito positivo, tem um potencial de alavancar a questão da coleta de resíduos e da coleta seletiva do município, principalmente, ajudar nos números do Estado. E informa que tem duas considerações, sendo oportuna a presença do Secretário André. E que a dúvida é a respeito de um ponto que o Sr. Ruan trouxe na apresentação de que hoje aproximadamente 85% da receita do município é comprometida com as despesas correntes. Isso faz parte da gestão publica, diz o Conselheiro, mas o que chama atenção é que vai se realizar um projeto para contornar e resolver uma determinada questão de resíduos sólidos urbanos no município, o que é extremamente positivo e vai colocar de pé esse equipamento e entregar ao município para que ele opere. E aí vem exatamente a questão, continua o Conselheiro, se durante o estudo que foi feito, se o custo de manutenção desse equipamento, dessa área de transbordo ao longo do tempo, está considerado como custo alcançável pelo orçamento do município. E, da mesma forma, o custo de disposição desse material depois que ele é separado e sua destinação para Vassouras. Então, as dúvidas são exatamente do custo da operação desse sistema depois que o equipamento tiver sido entregue para o município. O Sr. Ruan responde que a questão do custo quando se retira de um lado ganha-se do outro. Então, quando se tira a necessidade do custo da mão de obra, dos caminhões, de dispor de uma equipe maior dessa coleta que vai ocorrer no município, desse transporte diário para o município de Vassouras, o município de Paty é desonerado no sentido do gasto de que o transporte público seja suficiente para quando o transbordo for construído, estando dentro desse custo corrente. Este equilíbrio já está calculado dentro do orçamento do município, finaliza. O Conselheiro Peron entende que o que vai se economizar com essa operação atual, a partir dessa modificação com o equipamento que será entregue ao município, esse recurso vai ser direcionado para operação e manutenção desse equipamento pelo próprio município e destinação para Vassouras. O Sr. Ruan informa que sim e pergunta se o Sr. André Dantas gostaria de fazer alguma consideração. O Sr. André informa que sim cumprimentando a todos os presentes e prossegue dizendo que Paty do Alferes vem avançando bastante na parte de coleta de resíduos recicláveis, tendo alcançado 3,47% de reciclagem, em razão da massa total de lixo, o que representa, inclusive, o número maior do que a média nacional que é de 3%. Nesse sentido, quanto mais o município avança com a coleta seletiva, o município está inclusive em fase de aquisição de mais um caminhão, continua o Sr. André, com recursos do fundo de meio ambiente, boa parte proveniente do ICMS ecológico. E quanto mais avançar, quanto mais material reciclável é retirado dessa massa de lixo que vai para o aterro, o município economiza no processo de transbordo. Porque o transbordo é pago por peso para destinar ao aterro. Então, quanto mais resíduos retirados, menor manutenção dessa planta

nova dessa planta idealizada para o aterro. Na verdade, essa planta já existe de forma precária, porque não se tem uma estação devidamente estruturada. E o investimento, o recurso porque já se tem o gasto efetivo para o transporte. Então, para desembolsar 1,5 milhão de uma vez só, teria que guardar esses recursos e deixar degastar com o serviço de transbordo para poder economizar. Por isso, a necessidade desse aporte de recursos por parte do Governo do Estado. É isso que se pleiteia em razão da boa política de gestão que é feita no município em relação à coleta seletiva, finaliza o Sr. André. Seguindo, o Conselheiro Allan, da Sefaz, diz que tem uma dúvida sobre se a coleta na cidade é feita diariamente e depois é colocada nesse caminhão que vai para o aterro, no mesmo dia ou vai ficar estocada nessa estação ou em outro dia que o lixo vai ser enviado? O Sr. André responde que a ideia do transbordo é de fato ter essa coleta diariamente dentro do município, mas o caminhão depende de quanto esse transbordo está recebendo. Porque depende da necessidade dos municípios que utilizam desse transbordo e de como é a coleta diária desse aterro e dispor resíduos diariamente. Então, diariamente coleta dentro do município, leva para estação de transbordo. Na estação de transbordo como os caminhões são menores em capacidade, um volume menor de resíduos é coletado diariamente. É colocado dentro de um caminhão, um baú, dispondo todos os resíduos e levando diretamente para o aterro de Vassouras. Então, depende da quantidade do que é coletado diariamente dentro de próprio município, finaliza o Sr. André. O Presidente pergunta se existe mais alguma dúvida e em não havendo, segue para a deliberação dos Conselheiros. O projeto é aprovado por todos os Conselheiros. Prosseguindo, o Presidente informa que fará uma introdução antes da deliberação do próximo projeto do Inea e que talvez o Conselheiro Peron seja a pessoa que esteja mais próxima que está vendo o que acontece com o Inea. Vai fazer uma apresentação basicamente estrutural do Inea, de fortalecimento institucional. O Inea desde que ele foi criado perdeu 493 funcionários que foram se aposentando, pessoas que deixaram o Instituto, com falecimentos e por causa do RRF, não consegue compor essas pessoas. Tem-se avançado muito na parte de tecnologia, novos licenciamentos, modernizando alguns instrumentos, focando mais em tecnologia para compensar essa falta de colaboradores. Ao mesmo tempo o Inea está numa mudança do controle ambiental no Brasil, onde se está modernizando, simplificando a parte de licenciamento e aumentando o controle ambiental em campo, quer dizer, se perdia muito tempo analisando papel, um processo cartorial, e de fato se perdia pouco tempo vendo a planta funcionando. Geralmente a pessoa apresenta tudo certo, quando vai na planta de fato vê que tem algumas inconformidades. Então, o Inea está nesse momento de modernizar o sistema de licenciamento e para liberar as pessoas para fazer o controle ambiental em campo mais efetivo. O Presidente diz que vai fazer um pequeno retrocesso de sua gestão e depois mandará essa apresentação para todos os Conselheiros. Continuando, informa que foram emitidas mais de 12.000 licenças, dessas 81 eram LAC (licença ambiental comunicada), 100 licenças ambientais comunicadas. Se demorava 8 meses para emitir uma licença e agora leva 72 horas para emitir uma licença, acreditando no princípio da boa fé. A pessoa dá entrada, o Presidente do Inea aceita e emite a licença e vai ver a pessoa atuando. Num processo de pós-licença. A declaração que se assinou em cinco de maio do ano passado, completou um ano em maio desse ano e o Inea fez um levantamento da declaração de inexigibilidade eletrônica e foram 11.239 em um ano. Isso quer dizer menos 11 mil atendimentos na Gerência de Atendimento no Inea e nas suas superintendências, porque agora ao invés de demorar duas semanas, a pessoa leva 60 segundos para tirar essa inexigibilidade no próprio link do site do Inea. Conseguiu-se aumentar as vistorias somando mais de 6.000 vistorias. Esses são alguns números que se tem que apresentar e vários outros. O Inea foi convidado pela Associação Comercial do Rio de Janeiro, que montou uma Comissão de Meio Ambiente. E, na oportunidade, o Inea fez um grande resumo das suas ações, simplificando e modernizando e com isso quem ganha é o meio ambiente, porque se consegue deixar mais efetivas as ações do Inea. Então, com essa introdução, diz o Presidente, se compromete a mandar essa

apresentação para os Conselheiros com esse resumo que foi feito agora de prestação de contas. Além disso, vai mandar o Ambiente + com o site que foi lançado que está todo em Power BI. Nesse site se consegue fazer o filtro do que foi fiscalizado, por tipologia, por município, por data, o que facilitou muito. E foi feita uma apresentação com 62 promotores do Ministério Público, sendo um dos principais motivos a diminuição da correspondência com o Ministério Público, que, hoje, tem uma média anual de 4.400 correspondências. Existe um departamento no Inea só para responder ao Ministério Público para não perder os prazos tanto de mandato como do Ministério Publico. E colocando uma ferramenta que vai dar transparência e diminuir essa comunicação, conseguindo mais efetividade e celeridade e deixando os colaboradores do Inea mais livres. Dito isso, vamos passar para a apresentação do projeto de fortalecimento institucional. O Presidente, nesse momento, agradece a presença do Sr. André, Secretário de Paty do Alferes e ao mesmo tempo o Secretário se despede agradecendo a atenção dispensada ao município, dizendo da relevância para o município e que vai avançar no processo de gestão de resíduos, contribuindo para o cenário estadual acerca do bom serviço e que todos os municípios tenham condições de fazer a sua destinação e disposição final de forma adequada e eficiente. Agradecendo a todos em nome do Prefeito Juninho. O Presidente pergunta quem está participando pela Apedema e o Conselheiro Markus informa que a Conselheira Claudia Valente teve um problema de conexão, mas que ele está acompanhando a reunião. O Presidente passa, então, para a deliberação do **item 2 da pauta para apresentação do Projeto“ Programa de Gestão e Implementação de Apoio Técnico, Estrutura, Tecnologia, Monitoramento e Operacionalização Visando a Integração da Política Ambiental do Estado, com Objetivos de Oferecer Agilização no Atendimento, Aprimoramento dos Mecanismos para Fiscalização, Controle e Proteção Ambientais” – Proponente Inea/Coexec – Valor: R$ 196.120.700,00 – Prazo: 48 meses – Processo: SEI-070002/003769/2022.** O Presidente inicia sua exposição explicando que a introdução já foi feita e que o objetivo é de longo prazo de todas as reformas estruturais internas do Inea que estão sendo feitas, tendo como meta a entrega do primeiro regimento do Inea. Incrível falar isso, diz o Presidente, mas o Inea vai fazer 13 anos e ainda não tem um regimento interno. O Inea vem fazendo essas grandes reformas estruturais, como foi falado a curto prazo não se tem uma percepção imediata, mas a longo prazo a percepção será muito grande. Então, o Inea conseguiu dar a primeira licença de 10 anos já prevista no SELCA para a Nissan que, a princípio, não se nota a diferença de dar licença de 6 em 10 anos, mas daqui a uma década vai se perceber como irá desafogar o processo de licenciamento interno. As reformas estruturais estão mostrando aonde o Inea quer estar em 2030/2040/2050 e não pensando no imediatismo. E este projeto tem o objetivo de melhorar a performance do Inea, que é o grande responsável pelo controle ambiental do ERJ. A justificativa também já falada, é que o órgão tem que se modernizar, depois do processo de perda de colaboradores muito grande e precisa investir em tecnologia e informação, transparência, que são os pilares que balizam o projeto. É um projeto longo, é uma reforma de uma instituição do Estado. Não é uma intervenção que será possível ver tão rapidamente. Deve demorar 4 anos e o investimento é de 49 milhões por ano. O projeto tem 6 pilares: a gestão ambiental; gerenciamento e operacionalização de mobilidade e deslocamento; gerenciamento de recursos dos fundos, não só do Fecam mas a ideia é aplicar em outros fundos; gerenciamento dos sistemas de informação; implantação e gerenciamento do CREPPE e modernização da TI. Na gestão ambiental, hoje existe um gargalo muito grande que gerou a aceleração, pincipalmente, dos processos de licenciamento de obras de interesse público, tanto municipais quanto estadual. Gerenciamento de recursos: Fecam, FMA, Fundrhi e outros, o Inea tem uma equipe que faz um trabalho hercúleo, pouca gente para gerenciar tantos fundos. Então, o projeto seria para ajudar, para fazer a organização desses fundos, fazer o acompanhamento desses fundos, que é uma carência do Inea, fazer o acompanhamento da aplicação desses fundos e também ter uma equipe pensante para buscar novos fundos. Novas fontes de financiamentos e trabalhar a parte de captação de fundos

pouco pensada pela Seas e pelo Inea. A implantação do gerenciamento de um centro de resposta de emergência de produtos perigosos, nesta semana, por exemplo, teve dois acidentes com produtos perigosos, que é uma área muito sensível que requer muitos recursos e hoje tem apenas cinco pessoas nesse trabalho. O Inea pensa fazer núcleos avançados, e mais a frente será explicado mais detalhadamente. A parte de gerenciamento de frota, de mobilidade de deslocamento, que será necessário para mudança de mentalidade de licenciamento para o pós-licença. Serão necessárias mais pessoas na rua, mais infraestrutura. Hoje o Inea conta com apoio de requerentes que disponibilizam transporte e outros. Este processo deve aumentar muito, melhorar e deixar mais eficaz o controle ambiental, mas será preciso uma infraestrutura para atuar mais fortemente. E quanto melhor for a diretoria de pós-licença, explica o Presidente, melhor vi ser a renovação das licenças, principalmente os grandes licenciamentos do Estado. A parte de gerenciamento de informação, a questão de software e de novas tecnologias que estão surgindo para ajudar no gerenciamento do Inea. E por último a modernização da tecnologia da informação, e essas duas últimas estão totalmente ligadas, intrinsicamente ligadas, porque não adianta contratar um software de modelagem de macrodrenagem senão tiver um computador com capacidade ou processador que consiga rodar esse modelo. Senão fica esperando várias horas para rodar um modelo de macrodrenagem enquanto poderia estar rodando em 4, 5 horas. As respostas vão demorar mais ainda em acontecer. A gestão ambiental é um item muito importante tanto para o município quanto para outras secretarias e para a própria diretoria de recuperação ambiental do Inea e para as próprias propostas de projetos da Seas. É um apoio na apresentação documental desses processos. O Inea faria uma análise crítica do processo antes de ser apresentado, dizendo quais são os pontos frágeis, quais os pontos que deveriam ser revistos antes da apresentação. O que acontece hoje, explica, é que o Inea perde muito tempo. Às vezes o município dá entrada, consegue uma emenda parlamentar, mas tem um time para acontecer aquela melhoria urbana. O município não consegue ou até uma Secretaria de estado não consegue apresentar aquele projeto enquadrado dentro das normas ambientais vigentes no ERJ e acaba perdendo o recurso, a aplicação do recurso, porque não conseguem passar do processo e licenciamento ambiental. Então prossegue o Presidente, qual a ideia desse gerenciamento? É fazer um apoio antes do processo aberto, para fazer uma análise para que esse processo entre mais “redondo”, para que se possa acelerar o processo de análise do licenciamento e que não se perca essas oportunidades que nem sempre se repetem nos anos seguintes. Essas análises, continua, seriam feitas principalmente para obras civis de interesse público. Esse núcleo seria aplicado para obras de infraestrutura urbana. A parte de gerenciamento de recursos do fundo, como já foi dito, tem o Fecam, o FMA, o Fundrhi e outros fundos e contas que são gerenciados através de TAC e outros. Às vezes existe muita dificuldade de fazer o controle da aplicação desses recursos, de mensurar as ações do Inea/Seas diante da sociedade. Quando se faz uma intervenção num corpo hídrico, em rio Bonito, por exemplo, o que a cidade passou no verão depois de 8 anos sem o centro da cidade inundar, dito pelo prefeito, e o quanto essa realidade impactou a população, impactou economicamente. Essa ação tem que ser repetida sempre. Além disso, ajudar na implantação e no controle da evolução financeira e econômica dos contratos em execução. Nessa equipe de gerenciamento está previsto dentro do processo, dentro do suporte das obras públicas, também do suporte para esses fundos na elaboração de estudos de viabilidade tecno-econômica dos projetos a serem apresentados e de certa forma dar um suporte. O Inea tem na Subcon informa, só a Renata fazendo o ProUC o que acontece com o FMA, por exemplo, as vezes o município dá entrada, consegue o recurso e não consegue fazer o TDR, não consegue aplicar aquele recurso, que fica preso e o município não consegue aplicar as vezes porque não tem nem viabilidade para acontecer. Isso foi constatado na prévia da apresentação. E como tem aqui alguns conselheiros que atuam também no FMA, isso pode acontecer. Então, essa equipe de suporte faria essa análise para se ter um percentual maior de projetos aprovados e

executados. Senão aprova muitos projetos e executa muito pouco. A questão do TDR, a falta de termo de referência na apresentação dos projetos, o projeto é apresentado e demora 2, 3 anos para fazer o termo de referência e acaba perdendo o objeto daquele recurso aprovado e, depois, é cancelado o recurso no fundo. A implantação do CREPPE, que é o Centro de Referência de Estanques de Produtos Perigosos. Existe hoje uma complexidade, o Inea só tem cinco pessoas tratando na Geopen, que é o serviço de desastres com produtos perigosos, precisando, então, estruturar melhor os riscos. Hoje o Inea trabalha sob demanda. Tem um caminhão de produto perigoso, sofre um acidente, o Inea corre para estancar e entender os danos ambientais possíveis daquele vazamento. Só que tem muito pouco da parte de inteligência, centralização da informação, mapeamento de riscos, cursos preparatórios, metodologia. Essa é uma área que carece de muita estruturação, ela é fundamental, porque hoje não se tem PGRC do distrito de Queimados. Se não tem o PGRC e tiver um grande vazamento, teria que agir no feeling para tentar estancar e não chegar ao lago do Guandu e consequentemente atrapalhando o abastecimento de água e quase dez milhões de pessoas. Precisa fazer como está se fazendo no sistema de barragem, explica o Presidente, que ainda tem que avançar muito mais está se fazendo a previsão de riscos. Então, é essa a finalidade da implantação do CREPPE. Fazer capacitação dos municípios, capacitação da defesa civil entre outros, passando por um momento de diagnóstico, o acompanhamento inicial com a equipe, a utilização do EPI e uma série de novas tecnologias para reparação de danos ambientais, tendo uma evolução muito grande, por exemplo, com o solo afetado com biorremediação, enfim são todos os estudos que o Inea precisa. Porque se hoje o Inea parar, com essas cinco pessoas que tratam dessa área, para pensar em novas tecnologias, elaborar o PGRC, com certeza vai ter problema com o caminhão que virou não conseguindo atender, diz o Presidente. Aconteceu um problema muito sério o ano passado no rio Muriaé, que o Inea teve que deslocar uma equipe para o local, conseguindo estancar, mas precisava uma cartilha de conhecimento e toda operação que foi feita, porque ao repetir aquele dano já saberia o que estava errado, o que estava certo. Mas o Inea, hoje, não tem tempo e padronização para fazer esses briefing, A justificativa é a criação de PGRC, plano de gerenciamento de risco e controle. Mas o plano de gerenciamento de risco é fundamental, compartilhado com empresas, compartilhado com os municípios, com as superintendências. Todos sabem que se acontecer uma ocorrência em algum lugar, sabem o que cada um pode fazer para diminuir os efeitos e os danos ambientais e consequentemente os danos sociais para aquela área. Prosseguindo, o gerenciamento e operacionalização de mobilidade e deslocamento não é simplesmente contratar uma frota, não é simplesmente alugar um carro. É um sistema, alugar uma frota com um sistema, por exemplo, de welift, mywork, onde se consiga dentro de um painel de controle dentro do Inea, saber onde estão todos os carros, se estão em deslocamento, se estão próximos a alguma ocorrência, quem está no carro, então, um sistema inteligente. Se tiver uma ocorrência agora no município, vou saber onde está o carro daquela superintendência para atender a ocorrência sem que se precise sair da sede e andar 160 km para chegar naquela ocorrência ou conseguir descobrir onde estão esses carros. É um passo a mais que o Inea está dando para a questão, de colocar mais gente na rua e menos pessoas dentro de gabinete. O Inea precisa de pessoas na rua atuando e exercendo controle ambiental in loco ao invés de ficar analisando, às vezes, muita papelada que no dia a dia não vai ajudar muito, diz o Presidente. Quanto ao gerenciamento de informação, tem-se que discutir com vários setores e a Firjan já participa de algumas conversas, e no dia 25 de agosto do ano passado o Inea conseguiu implantar o SELCA, conseguiu adotar o Rede Sim, criou mais em power BI, mas o Inea ainda precisa melhorar muito em ARCGIS, precisa de um suporte, precisa de um ARCGIS profissional, precisa de um servidor robusto para aguentar as informações do Inea, preferencialmente trabalhar em nuvem, menos físico. Precisa, então, de um servidor dedicado com backup, que se pode perder todos as informações. Então, precisa investir em inovação, melhorar o site, melhorar o avatar, melhorar os processos, deixar mais inteligente, mais

intuitivos. As certidões negativas de débito ambientais ainda são feitas analogicamente e outros sistemas que ainda são feitos com conferência excel. O Inea precisa de um grande avanço na parte tecnológica. No primeiro momento, é de diagnóstico, quais os processos que podem ser melhorados. Deixar o Inea 4.0. Não que o Inea não gosta de receber pessoas, fala o Presidente, ao contrário, é bom interagir. Mas a ideia é quanto mais sistematizado estiver, quanto mais informativo estiver, quanto mais na rede estiver, mas ágil, deixando de trabalhar o atendimento de 10 às 16 h, e ele passa a ser de 24 horas, porque pode-se dar entrada durante 24 horas, on-line, trabalhar no chatbot, melhorar o sistema de FAC, tendo uma série de evoluções que precisa, o Inea quer trabalhar, fazer um raca-verde. E depois que tudo for diagnosticado e o que tem solução no mercado, contratar, e ainda chamar uma turma e colocar para pensar, para achar soluções e avançar nesse sentido. Entramos na década tecnológica e o Inea quer zerar os processos físicos e digitalizar 100% o material. É um trabalho muito grande não é rápido. Seria necessário entrar no SELCA com tudo resolvido. Se não mudar para uma casa em obras a obra nunca acaba, nunca vai estar perfeito. Então, foi resolvido aceitar o SELCA contra muita gente que não queria o SELCA, queria atrasar mais seis meses, mais um ano. O Inea sabia das dificuldades que é uma mudança SLAM para o SELCA, mudança muito grande de mentalidade. Só que agora chegou num ponto se não avançar tecnologicamente, com soluções tecnológicas, vai-se continuar com os gargalos de processos, tendo menor tempo para avançar em outras mudanças legislativas que precisam ser feitas. A legislação de 88 está caducada, explica o Presidente. É um absurdo falar hoje em 10 megawatts de uma solar, que hoje é feito em uma área muito pequena. Em 88 podia se fazer uma supressão muito grande, hoje se faz isso numa área menor que 10 hectares dispondo de incidência solar. Precisa ter tempo. Implantando o SELCA, para ter tempo para pensar a reforma legislativa, deixar tudo mais claro, mais moderno, avançar no licenciamento, perder com a burocracia, avançar no controle ambiental em campo e focar em metodologias melhores para ativar as compensações ambientais. Uma revolução tecnológica dentro do Inea não pode vir sem uma revolução na estrutura digital, necessariamente com servidores dedicados, novos softwares. O Inea está trabalhando com a Amazon, devendo contratar os seus serviços após verificar uma diferença na prevenção de acidentes e calcular o escoamento de solo para dentro das calhas de macrodrenagem de Petrópolis e saber quanto precisa ser retirado, qual o status quo daquela região. Porque não adianta mudar totalmente e vir com grandes soluções novas e não rodarem nas máquinas ou nos softwares disponíveis existentes no Inea. Os resultados esperados é avançar na efetividade, na economicidade, transparência, no controle ambiental, potencializar as ações do Inea, e cada vez mais trabalhar de forma mais inteligente, mais digital e mais prestativa para a sociedade fluminense, finaliza o Presidente, agradecendo a todos os presentes. O Presidente inicia a deliberação do projeto com o Conselheiro Peron, que agradece dizendo que tem muitas informações neste projeto e cada um dos eixos que foram apresentados daria um bom projeto, já é um projeto. Então, o desafio, hoje, do Conselho do Fecam é exatamente entender o que está sendo colocado neste momento, tendo a tranquilidade de seguir com esse processo. Cada um dos tópicos, desses seis pilares que foram relatados, são necessidades reais que enfrentadas pelo Instituto Estadual do Ambiente e que, logicamente, tem um desdobramento prático muito grande nos resultados que o Inea apresenta para a sociedade e principais clientes, que é a própria sociedade. Porque o controle ambiental garantido através da aplicação desse processo, tem como principal interessado a própria sociedade do Estado e numa avaliação um pouco mais ampla a sociedade brasileira. E como representante do setor industrial, como representante do setor produtivo do Estado, tudo o que cada um desses projetos é música para nossos ouvidos, fala o Conselheiro. O Fecam tem a possibilidade de fazer investimentos da ordem de 200 milhões em quatro anos para aumentar a eficiência, aumentar a produtividade do órgão, garantir um atendimento de excelência, dotar o órgão ambiental, fazer com que o órgão ambiental do Estado se atualize em termos de mentalidade, em termos de ferramentas de trabalho, em termos de capacidade

de oferecer respostas mais efetivas e mais rápidas para os seus principais clientes. Isso é música. Os 200 milhões acabem sendo o ponto mais importante da apresentação quando se vê o que se pode transformar, os resultados que almejam alcançar com este projeto. É lógico, continua o Conselheiro, que isso vai levar tempo, hoje está sendo colocado na mesa, abrangendo frentes gigantescas de trabalho e que precisam, no momento em que se vislumbram uma eleição daqui a 2, 3 meses, eventualmente, podendo mudar diretrizes do próprio governo do Estado e que podem ter impacto no desdobramento desses projetos. Mas o momento é de aposta, aqui no Conselho, diz o Conselheiro Peron, que representas a Federação de Indústrias do Rio de Janeiro, está se falando de mais de 10.000 CNPJ indústrias em todo o ERJ, que direta ou indiretamente precisam de um órgão ambiental eficiente, produtivo e que entregue em velocidade as suas respostas, que devolva suas respostas o mais célere e transparente e desburocratizado. Então, como representante de um dos clientes do Inea, gostei do que vi, o cliente gostou do que viu enquanto propostas, ficando bastante animado com a oportunidade de acompanhar o desdobramento desses pontos, completa o Conselheiro. Continuando, diz que tinha anotado algumas perguntas, mas ao longo da apresentação do Presidente, que foi bastante cirúrgico, trazendo algumas respostas que tinham sido anotadas sobre alguns pontos que não tinham ficado claro inicialmente na apresentação. Além da apresentação foram feitos alguns comentários que tiveram o mérito de cobrir essas questões. Então, concluiu o Conselheiro, parabenizando a iniciativa de toda a equipe envolvida, dizendo que enquanto representante da indústria está positivamente surpreso, animado e ansioso para ver os resultados deste projeto, finalizando o Conselheiro, vida que segue! O Presidente agradece dizendo que o Conselheiro fez um comentário sobre o momento que é péssimo, momento político, pode ser ou não que tenham mudanças políticas. Mas como foi dito, é um projeto de Estado, que engloba os 92 municípios do Rio de Janeiro, vai beneficiar 92 municípios. É de difícil aprovação um projeto beneficiando 92 municípios. Tem desdobramentos que serão discutidos mais tarde, futuramente, que são o White Label municipal, que é colocar os municípios dentro de uma resolução CONEMA para fazer um licenciamento que tenha isonomia entre eles. Todos eles vão alimentar um Power BI, que vai deixar o sistema de controle ambiental do Inea mais eficiente, mais rápido e mais assertivo. Então, o caminho é esse, o caminho que este Presidente, estando no Inea ou não, está Câmara vai cuidar deste projeto. É importante que a Câmara cuide deste projeto. E independente de qualquer sistema ele tem que acontecer, porque senão é uma previsão que vai trazer um gargalo no órgão. Se tiver um crescimento econômico mais a frente que se espera, tem que ter soluções que estão sendo estudadas, como demarcação d\a FMP total no ERJ através de software, demarcação de topo de morro total através de software, UC, inclinação de APP, os pareceres locacionais, dados tanto municipais es estaduais em menos de um dia. Então, tem uma série de facilidades que vão ser criadas, que se tudo der certo, vai se transformar em uma questão de referência nacional, como já aconteceu na criação de normas. Agora tem que ser referência na questão digital, finaliza o Presidente. Em seguida, pergunta ao Conselheiro Allan se tem alguma pergunta e o Conselheiro responde que não tem perguntas e parabeniza e agradece pelo trabalho que é feito pelo Inea e que é para todos. Agradece pela dedicação da equipe do Inea. O Presidente acrescenta que o Inea trabalha para a geração do futuro. O Inea está buscando o que tem de mais moderno no mundo e que o Inea precisa se adequar e gastar a energia no que realmente importa, conclui. Prosseguindo, pergunta se pela Apedema está presente na reunião o Conselheiro Markus ou a Conselheira Claudia. O Conselheiro Markus diz que é ele quem participa da reunião, pedindo desculpas porque a Conselheira Claudia Valente teve problemas na conexão. Informando que no primeiro item contemplou Paty do Alferes vota pela favoravelmente e acompanhando a exposição do Presidente e do Conselheiro Peron vota favoravelmente e parabeniza pelos esclarecimentos. Todos os Conselheiros aprovam o projeto. O Presidente finaliza a reunião e agradece a todos pela participação.

PHILIPE CAMPELLO COSTA BRANDI DA SILVA
Vice-Presidente do Conselho

JORGE VICENTE PERON
Representante da FIRJAN

ALLAN CRISTIANO DOS SANTOS
Representante Suplente da SEFAZ

MARKUS WOLFJDUNKELL BUDZKZ
Representante Suplente da APEDEMA